

ENTREVISTA COM LIGIA CHIAPPINI MORAES LEITE*

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i33p285-319>

Ligia Chiappini Moraes Leite^I

LIGIA CHIAPPINI MORAES LEITE: o que impressiona nessa intelectual, como certa vez disse Antonio Candido, é sua capacidade de manter o fôlego, o vigor, mesmo através dos anos e enquanto todos desanimam ao longo do caminho. De gaúcha desterrada – como a certa altura ela mesma se define – a brasileira desterrada, Ligia deixou a Universidade de São Paulo e ocupa hoje a primeira cadeira de Literatura Brasileira da Alemanha, na Universidade Livre de Berlim. Uma trajetória assim se justifica não apenas pelo espírito incansável, mas também pela abrangência de sua produção acadêmica: pesquisadora do regionalismo, da gauchesca, da narrativa policial, de Simões Lopes Neto, Antônio Callado, Clarice Lispector, seu trabalho ganha mais amplitude na medida em que ainda incorpora um incessante questionamento sobre o ensino, sobretudo de literatura. Outra marca de Ligia é o alcance de sua produção: ela é reconhecida em países como França, Estados Unidos, Cuba, apesar das diferenças culturais e políticas existentes entre eles.

Estando brevemente no Brasil no início deste ano, Ligia nos concedeu esta entrevista no dia nove de março, num encontro bastante informal na USP, numa sala em que ela antes estivera muitas vezes: a sala em que ocorrem as reuniões do EFES¹, que coordena até hoje. Havíamos previamente disposto sobre a mesa os seus livros, ensaios e artigos segundo as áreas de interesse, arranjo que evidenciava a diversidade, clara

* Concedida a Cássio Tavares, Marcela Cristina Evaristo e Maria Lúcia Zoega de Souza. Originalmente publicada na revista *Magma*, n. 5, p. 13-42, São Paulo, dez /1998. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1769.mag.1998.87221>

^I Freie Universität Berlin, Berlim, Alemanha.

¹ Estágio de Formação do Educador em Serviço”. Projeto criado no início da década de oitenta, e que envolve professores da USP e da UNICAMP, além de professores de 1º e 2º graus e estudantes de Letras em nível de graduação e pós-graduação. Tem como preocupação o contínuo processo de formação do educador e a reflexão crítica sobre o ensino de língua portuguesa e literatura brasileira.

e perturbadora, que marca a produção intelectual de Ligia. Ela própria demonstrou um certo estranhamento diante da concretude do argumento que descansava sobre a mesa; talvez por isso, pelo caráter inquietante dessa diversidade, o dividido e o incompleto tenham se tornado uma espécie de *leitmotiv*. Esse tema de fundo retornava sempre, comparecendo nos contextos os mais diversos, ainda que em sentido negativo, Qu seja, não como um ideal almejado, mas na direção oposta: “eu quero a totalidade!”

Na verdade, a entrevista, curta demais para constituir uma totalidade, foi ainda assim como um acerto de contas – um fragmentado acerto de contas com o fragmentário. Nele Ligia revê sua trajetória, avalia o presente e sonda o futuro com o zelo de quem não espera uma resposta simples – não há caça às bruxas. Não obstante, no fim ninguém sai intocado: a Universidade, as políticas educacionais, a ordem econômica mundial, as ondas teóricas do meio acadêmico... Sobre esse acerto de contas nada falará melhor que uma amostra dele mesmo:

Sobre sua produção intelectual: “assumir o fragmentário na verdade é assumir as limitações da gente. Eu gostaria de fazer uma coisa acabada, ter um tratado sobre literatura e educação”.

Sobre a docência: “Não posso montar um curso pensando que a aula de hoje só tem sentido se eu der a aula de amanhã... Curso é isso – curso. A ideia de curso, você imagina uma continuidade. Mas (...) com essa vida, com essa cidade, e mais ainda – com esse mundo!”

Sobre a liberalidade da Universidade alemã: “o que aparentemente é libertário, na verdade é escravizador...”

Sobre a necessidade de sobrevivência: “o mundo globalizado é o mundo do fragmento. Mas não é porque seja maravilhoso o fragmento, é porque as pessoas estão cada uma num ‘salve-se quem puder’, cada uma precisa comer, precisa morar...”

Sobre o trabalho de intervenção no ensino de primeiro e segundo graus durante certas gestões da Secretaria de Educação: “Era uma apropriação do trabalho: não custava nada e ainda tinha a grife USP”.

Sobre a política, nas Universidades, com relação à carreira do docente: “O que vem aí é, no mínimo, a introdução do trabalho temporário... E o aluno vai ter cursos não a partir de um planejamento mínimo de uma equipe constante, mas... vai tendo cursos assim, conforme a oferta, e a formação dele vai ficar o mais fragmentada”.

Sobre os efeitos da economia contemporânea: “a maior biblioteca de Ibero-América que existe na Europa... tem mais de cem anos, foi criada pelo rei da Prússia, resistiu a duas guerras mundiais e não está resistindo ao neoliberalismo”.

Sobre o ensino de literatura: “os linguistas pensaram mais que os teóricos da literatura sobre o que interessa a um professor de primeiro e segundo graus”.

Sobre as novas tendências na academia: “está na moda falar contra o cânone sem ter lido os cânones, o que é um contrassenso...; e também... está na moda se interessar pelo diferente, o que é, muitas vezes, uma versão colorida do exotismo. Então isso tudo me deu a impressão de que hoje um papel revolucionário... é ser conservador...”

Sobre a situação dos estudos literários: “As pessoas hoje têm vergonha de dizer que fazem literatura”.

Sobre a nova historiografia: “estão jogando a criança com a água do banho”.

Sobre sua mudança para Berlim: “Eu relativizo essa coisa de que estou lá - eu tenho a pretensão de estar lá e aqui, o mais possível, intercambiando as coisas”.

Magma: No comecinho do livro *Invasão da Catedral*² você declara uma opção pelo fragmentário, em princípio válida para aquele trabalho apenas. No entanto, notam-se em sua trajetória acadêmica várias frentes pelo menos aparentemente díspares. E chamou muita atenção no curso “Análise e Interpretação da Obra Literária”³ primeiro, o fato de que os tópicos poderiam ter sido jogados para cima, embaralhados em qualquer ordem, porque o curso não teria sido afetado de modo algum; segundo, que você procurou aproximar os contrastes, discutindo Luiz Costa Lima junto com João Luiz Lafetá, Roberto Schwarz junto com Davi Arrigucci Jr... Então como é essa sua relação com o fragmentário? Você vê a sua postura em geral na atividade acadêmica como algo que passe repetidamente por uma opção pelo fragmentário?

Ligia Chiappini Moraes Leite: Vocês colocam uma pergunta importante, e não sei até que ponto eu tenho resposta para ela... Nessa pilha de livros aí (alguns faz tempo que eu não vejo...) realmente ressalta o fragmento. A opção pelo fragmentário no caso de *Invasão da Catedral* eu explico: é porque o assunto é vasto, a vida é curta e o objeto, do qual eu era sujeito ao mesmo tempo, se presta a um trabalho coletivo – quer dizer: é impossível fazer esse tipo de trabalho sozinho. De lá pra cá, eu trabalhei muito em coisa coletiva – continuo trabalhando.

Quando o *Invasão da Catedral* nasceu, eu tinha acabado de fazer o meu doutoramento e lecionava em tempo parcial na Universidade de São Paulo (sou de uma geração que batalhou muito pelo tempo integral), então dava aulas para completar o orçamento, seja em faculdades particulares, em cursos para professores do secundário (cursos de especialização), seja no interior (por exemplo, em Ribeirão Preto tinha um curso muito interessante de pós-graduação; a maioria dos professores que participava eram os cassados pela ditadura: Bento Prado Jr., Luís Alfredo Galvão, Maurício Tragtemberg – gente boa). Foi uma experiência bastante interessante. Então eu me defronto com um doutoramento terminado e com essa experiência fragmentária de trabalho porque a Universidade de São Paulo era uma realidade muito diferente, tanto das Universidades que davam pós-graduação conjunturalmente reunindo um corpo docente bom

² Livro que marca o início da reflexão de Ligia sobre literatura e educação.

³ Curso ministrado no programa de pós-graduação de Teoria Literária da USP (DTLLC-FFLCH), no segundo semestre de 1997.

(porque eram pessoas cassadas), quanto dos chamados cursos de especialização.

E também tinha uma experiência constante com o curso “Introdução aos Estudos Literários” no primeiro ano de faculdade⁴, que era e continua sendo uma experiência muito instigante – é um curso com o qual a gente nunca está satisfeita, sempre está inventando, os alunos sempre são novos, novas dificuldades, muitos alunos, muito heterogêneo. Nós estávamos num tempo ainda de ditadura, finalzinho de ditadura, final da década de setenta, com uma voga muito grande do estruturalismo e uma insistência na especificidade da obra literária; e com aquele monte de alunos... De um grupo de 150 numa sala lá dos barracões da Psicologia, digamos que 50% a gente reprovava – um, dois, notas baixíssimas – e 50% aprovava, mas desses aprovados, só uns dez por cento, quando muito, eram os alunos de elite, aqueles que ganhavam notas altas e que iam para a pós-graduação. O resto caía todo no magistério – secundário. Então, olhando esses cursos desta ponta, da Universidade, e olhando da outra ponta, dos professores (e eu tinha sido professora de secundário, muito brevemente, mas tinha), eu fiquei achando que precisava haver uma intervenção nisso.

Na mesma época houve uma SBPC em Brasília – terminei o meu doutoramento em 1974 e essa SBPC foi em 1976 –, no auge do estruturalismo, onde havia um grupo grande da Unicamp e da USP, e havia uma professora da Paraíba fazendo uma análise, se não me engano da poesia de Carlos Drummond de Andrade, aplicando um método estatístico, contando quantos substantivos, quantos adjetivos etc. A gente perguntou “pra que que serve tudo isso?” e ela não soube responder; então começou uma briga, e um simpósio que era pequenininho foi se ampliando, começou a chamar atenção, começou a juntar muita gente, e nos levaram para um salão e lá a coisa continuou. A gente contestou toda aquela metodologia, e acabamos fazendo uma quase assembleia, botando os nomes de todo mundo na lousa para contatos posteriores e tudo o mais, e marcando uma mesa-redonda para discutir o assunto na próxima SBPC. Eu me lembro que o programa dessa mesa-redonda foi feito na casa do João Luiz Lafeté, era sobre teoria literária; seria coordenado pela Walnice Nogueira Galvão e iam participar o Davi, eu, o João não me lembro quem mais fazia parte, acho que Vera Chalmers – isso ia ser em Fortaleza. Mas a SBPC de Fortaleza não recebeu o financiamento, o governo tirou-o exatamente porque a SBPC estava se constituindo um único espaço contestador. Aí foi feita uma SBPC na PUC, e na PUC nós fizemos a tal mesa – eu tenho até hoje o que o Lafeté escreveu para essa mesa: era uma discussão de como a teoria literária, pelo estruturalismo, com a voga do estruturalismo, servia muito à ditadura porque não discutia nem os *porquês*, nem os *para quês*, e ficava só nos *como*: via a obra como uma

⁴ Nos cursos de Letras da USP.

máquina que tinha um funcionamento. Fazia uma discussão bastante mecânica da obra. Lá pelo meio da discussão, alguém se levanta do público (tinha muito professor de secundário na audiência) e diz: “Vocês ficam aí falando, falando, mas que solução prática vocês têm?”. Então a Walnice, que é boa de dar ideias (mas ela dá ideias e depois deixa os outros trabalharem [risos]), deu a ideia de criar uma associação que envolvesse professores secundários e universitários. Aí nasceu a APLL, que saiu um pouco da teoria literária – o pessoal se envolveu, até a Sandra Nitrini se envolveu muito.

Então esse negócio nasceu oficialmente em 1977; em 1978 houve o primeiro encontro, mas eu estava na França, para um pós-doutorado. Foi no bojo de todo esse movimento que eu fiz esse projeto para um pós-doutorado sobre literatura e ensino; eu estava entusiasmada com o que estava lendo de Freinet, eu tinha conhecido o professor Michel Launay, que tinha vindo aqui dar aulas. Ele é um rousseauista, mas também tinha muita penetração no movimento Freinet; era professor da Universidade de Nice e através dele eu conheci mais gente do movimento Freinet, acabei fazendo esse projeto e indo para lá para ficar um ano e meio. E foi basicamente um... eu fiz junto... aí começou a minha – aí continuou, talvez, a minha esquizofrenia, porque eu pretendia, como projeto de livre-docência, fazer uma tese sobre o Simões Lopes Neto, como continuidade ao doutorado (e também uma edição crítica). Mas fui para lá não para fazer a tese, não para fazer a edição crítica, mas para desenvolver esse trabalho, que achei naquele momento uma coisa interessante, importante: ver como é que era na França o ensino da língua materna, da literatura materna. Porque a França sempre nos influenciou muito e porque, naquela época, com a nossa geração, a formação era mais francesa e a gente queria porque queria ir para a França. E eu não queria ir para lá para ficar num seminário acadêmico e repetir todo o processo acadêmico – eu já estava por aqui do doutorado –, mas chegando lá, não quis ficar só nessa coisa de pesquisa nas escolas, entrevistas com professores e alunos, leituras sobre o movimento Freinet. Particpei dos estágios do movimento Freinet, tudo isso, mas também queria fazer uma coisa acadêmica, e aí entrei para um seminário na École des Hautes Études, um outro na École Normale Supérieure, fui fazer umas coisas em Nanterre... Mas sempre ou era uma observação que eu estava fazendo na linha do projeto de literatura e educação ou era uma coisa sobre literatura e sociedade, que é o meu grande campo, onde meus trabalhos acadêmicos se mexiam, e que servia também para refletir sobre Simões Lopes. Nunca deixei de pensar em Simões, ao mesmo tempo que ia fazendo esse outro trabalho.

Mas quando voltei (narro isso em *Invasão da Catedral*), já tinha havido esse primeiro encontro da APLL; a Teresa Vara, que era a presidente – houve uma longa correspondência minha com a Teresa – me contava tudo o que acontecia, e eu mandava todas as coisas que estava lendo, relatórios

e relatórios dos estágios que eu fazia – houve uma intensa troca. Quando voltei, eu tinha esse conjunto de ensaios, tinha uma edição crítica quase concluída (mas precisava de uma revisão) e tinha alguns ensaios soltos também sobre o Simões. Disse isso para a comissão de tempo integral – que eu não tinha terminado o projeto original (porque não considerava que ele estava terminado e nem que o outro estava terminado) – e a comissão me negou o tempo integral, e me deu mais um ano de tempo probatório. Então resolvi fazer do fragmentário um livro: *Invasão da Catedral*. E aí me dei conta de que só podia ser fragmentário, porque terminar esse livro era impossível – fazer uma coisa unificada, conclusiva, a respeito desse livro, seria impossível, tanto que o estou fazendo até hoje. Hoje mesmo participei de uma reunião onde estou fazendo ainda esse livro... Quem leu isso muito bem foi uma colega do Rio Grande do Sul, a Maria da Glória Bordini, que respeito muito, uma estudiosa do Érico Veríssimo: na época que o livro saiu, ela me mandou uma longa carta discutindo o caráter fragmentário do livro e dizendo que concordava, que achava interessante o fragmento (estava começando a entrar na moda o fragmentário – tudo é fragmento), mas que assumir o fragmentário não devia significar perder de vista o desejo de unidade. Posso não ter deixado isso bem claro no livro, mas essa sempre foi a minha posição: assumir o fragmentário na verdade é assumir as limitações da gente. Gostaria de fazer uma coisa acabada, ter um tratado sobre literatura e educação. Não dava porque tenho limitações – na época tinha mais ainda. E também porque achava que esse trabalho de reflexão teórica vinha junto com a prática e essa prática não é feita sozinha, ela é feita com mais gente. Tanto é que acho que o último trabalho que vou escrever sobre esse tema vai ser este, porque ainda está embasado numa observação da realidade, num contato com pessoas que estão na rede. Não tem sentido eu ir para Berlim e continuar escrevendo sobre literatura e educação no Brasil; essa etapa de agora é uma espécie de coroamento do que deu para chegar ainda dentro desse fragmentário que é também coletivo.

Agora, o trabalho de caráter mais acadêmico, que é um trabalho de gabinete, um trabalho individual, pode ser menos fragmentário. A gente também não domina o todo, mas pode, pelo menos, traçando os limites acadêmicos, chegar a uma conclusão. Acho que sei bastante sobre o João Simões Lopes Neto. Isso é possível dizer. Sobre o Callado, sobre a Clarice Lispector, o Rubem Fonseca – autores que andei trabalhando embora não tenha a verdade (ninguém tem) sobre esses temas. Sexta-feira tive a satisfação de ver que duas lacunas do meu trabalho sobre o Callado deram uma tese de doutorado de um orientando meu, de trezentas páginas, e muito boa. É interessante: você não tem a totalidade, você deixa lacunas, o outro vai nas lacunas e faz a tese dele – é assim que se faz o conhecimento, não é? Mas, de qualquer maneira, tem uma diferença: esse é um trabalho de gabinete, é um trabalho em que, eu com os livros, dá para dizer alguma

coisa. Sozinha. Sozinha em termos, porque tem as leituras que eu faço dos outros... Mas o momento de produzir o trabalho é solitário, enquanto esse trabalho da linha de literatura e educação é um trabalho necessariamente coletivo, mesmo que tenha momentos de escrita individual. Sem um debate, sem a APLL, sem os projetos de trinta pessoas que vocês conhecem, eu não poderia escrever.

Agora, você colocou a questão do curso fragmentário. Acho que isso está pensado, em parte, em *Invasão da Catedral*. Se forma e conteúdo não se dissociam na obra literária, forma e conteúdo também não se podem dissociar dentro dum curso que trabalha com a obra literária. Então, se a obra literária se presta a diferentes leituras, é aberta, é um diálogo que se estabelece entre leitor e texto, a aula expositiva, que é a minha leitura do texto, tem a sua função (é bastante útil para alunos autônomos, mais amadurecidos...); mas como a maioria faz esse tipo de aula, gosto de fazer um tipo de aula que dê um certo contraponto ao que os alunos normalmente têm, e que é uma aula mais dialogada, mais fragmentária mesmo. Mesmo porque a vida das pessoas... Faz muito tempo que inventei a aula mônada. Inventei a aula mônada por causa das greves: tinha greve toda semana, então tinha aula na quarta e não tinha na quinta, depois tinha... A aula mônada é aquela que você tem que chegar e dizer assim: "hoje eu vou dar tudo". Depois, se amanhã não tiver aula, alguma coisa saiu daqui, vai ficar na cabeça das pessoas. Não posso montar um curso pensando que a aula de hoje só tem sentido se eu der a aula de amanhã... Curso é isso - curso. A ideia de curso, você imagina uma continuidade. Mas em aula não dá, com essa vida, com essa cidade, e mais ainda com esse mundo! Hoje em Berlim eu estou vendo: há mais do que nunca a aula mônada. Porque a Alemanha é uma sociedade movida a trabalho de estudante. Já foi escrito em jornal que é muito mais barato o trabalho do estudante - tem o desemprego, por um lado, mas os estudantes são a mão-de-obra barata. As Universidades são verdadeiras empresas de emprego: você vai lá às sete da manhã, tem um monte de estudante esperando numa determinada salinha para disputar qual é o emprego que ele vai poder pegar. E se quero um pintor, tenho duas opções: pego um pintor profissional e vou pagar três vezes mais do que se paga no Brasil, ou pego um estudante e pago quinze "paus" a hora. Então todo mundo contrata estudante, estudante faz tudo. Tem lá um menino - magrinho! Ele chega e diz: "Professora, eu vou faltar quatro semanas na sua aula porque arrumei um emprego e preciso pagar aluguel". E ele falta. Eu vou ver depois, ele ficou doente porque foi trabalhar de pedreiro e absolutamente não tinha físico pra trabalhar de pedreiro - então, em vez de faltar quatro aulas, ele faltou seis... Quer dizer: mais do que nunca é fragmentário - é tanto, toda a estrutura está feita para isso, ao ponto que o que aparentemente é libertário, na verdade é escravizador. Porque eles não têm frequência obrigatória, então o sujeito pode ir numa aula hoje e noutra seis meses

depois; eles também não têm nota obrigatória (uma coisa que é boa, que eu achava até que o curso de Letras devia ter). Eles têm um currículo muito flexível e têm que ter “x” certificados com nota e “x” certificados sem nota. O certificado sem nota é o do aluno que vai a algumas aulas, faz um seminário oral, e eu assino embaixo que ele fez o curso, mas não dou nota. O certificado com nota implica ele fazer um trabalho que me traz, quase como um trabalho de pós-graduação, seis meses depois – não tem prazo definido: ele vai para a biblioteca, trabalha direitinho e me traz vinte páginas bem escritas e aí então tem um certificado com nota do curso. Esse é o sistema. Então você tem muito turista – o aluno que vai para xeretar, o aluno que vai... E tem alguns que vão fazer o trabalho...

M: É quase um trabalho de orientação mesmo...

LCML: É. E depende muito dos interesses – os interesses são os mais variados, as combinações são as mais variadas. Eu trabalho num instituto de estudos latino-americanos, então tem gente que faz antropologia e vai lá fazer uns cursos de literatura – eles têm “x” créditos em matérias principais e “x” créditos em matérias complementares, então tem aluno que faz matéria complementar comigo, tem outros que fazem a principal ali e fazem, sei lá, Economia, outras coisas, como complementar – as misturas são as mais incríveis. Então é o mundo do fragmento – o mundo globalizado é o mundo do fragmento. Mas não é porque seja maravilhoso o fragmento, é porque as pessoas estão cada uma num “salve-se quem puder”, cada uma precisa comer, precisa morar...

M: Em relação ao projeto com literatura e educação, olhando em retrospectiva, como é que você vê esse seu caminho hoje?

LCML: Esse projeto é um caminho cheio de ilusões e de desilusões também. Ilusões no sentido de que quando a gente começou, também tinha muito um sentido de missão – um pouco. De achar que podia contribuir para a transformação da escola brasileira. Depois, aos poucos, fui me dando conta de que era um trabalho fundamentalmente de remendo – o trabalho de formação de professores era mais um trabalho de remendo e que às vezes esse trabalho, sobretudo depois da chamada “abertura democrática”, acabava sendo apropriado por instâncias políticas altamente discutíveis em relação a uma política voltada para formação de professores ou para a melhoria da escola. Quando o projeto saiu de uma coisa marginal, só da APLL, a Universidade começou, de uma certa maneira, a abrir espaço – abrir espaço, não muito, mas era possível abrir algum, o que não era antes – para esse tipo de trabalho que chamo de formação-pesquisa: trabalho de intervenção e ao mesmo tempo de reflexão. Então houve a possibilidade de trabalhar com Prefeituras, com o Estado, em gestões

ligadas a diversos partidos políticos. E o que a gente percebeu foi que a alguns não interessava a qualidade do trabalho – para alguns líderes, para alguns dirigentes de Secretaria da Educação, de Ministério, de setores da Prefeitura e do Estado, principalmente que gerenciam a questão escolar, não interessava tanto o que se fizesse, mas interessava que tinha gente da USP fazendo. Era uma apropriação do trabalho: não custava nada e ainda tinha a grife USP. Então comecei a me negar um pouco a fazer esse papel; o momento máximo que a gente chegou foi a recusa de participar da Prefeitura do Jânio Quadros – foi na época desse livro [*Reinventando o Diálogo*]. Nele está um debate em que a questão Jânio Quadros aparece – eles quiseram, eles vieram atrás de nós, mas a gente se recusou. Depois um projeto mais coerente de entrar quando era um educador respeitado que estava à frente da Secretaria, o Paulo Freire. Esse trabalho com Paulo Freire começou com cem professores da USP, Unicamp e PUC, de diversas áreas, e terminou com dez (se é que tinha dez no momento de escrever *Ousadia no Diálogo*). Eu, teimosamente, fiquei durante os quatro anos – houve até ida e volta a Berlim, mas fiquei nisso porque achei que não era remendo e que, com todas as contradições, com todos os defeitos, com todas as falhas, isso avançava (continuo achando que avançou, mesmo que depois tenha vindo o Maluf e [rindo] destruído quase tudo). Então, vejo que houve muita ilusão, muita desilusão...

A Universidade não assume esse tipo de trabalho, nem dá condições para que os professores assumam – não posso criticar nenhum colega meu por não se dedicar a isso: eles já estão pressionados demais por tudo o que fazem e mal conseguem dar conta do que é, digamos, mais tradicionalmente o trabalho acadêmico. Portanto, não posso acusar ninguém de não querer fazer esse trabalho aqui: enfrentar toda a dificuldade de trabalhar sob a pressão dos ventos da política na educação, e trabalhar, trabalhar, e ver quase tudo destruído como a gente viu no caso do trabalho feito com o Paulo Freire... Mas também não foi inútil o que foi feito: os livros estão aí, tem muita gente fazendo coisas interessantes... A gente continua sendo apropriado – as instâncias políticas se apropriam: nós estamos aí; nós assessoramos, mal ou bem, parte do trabalho dos parâmetros curriculares do MEC – as ideias que nós demos foram, em parte, aproveitadas, mas na verdade o que está mais aproveitado é o nome da gente... De qualquer maneira, os parâmetros incorporaram muita coisa interessante, que talvez tenha um certo eco em algum lugar, em alguma escola onde haja professores formados para entender aquilo (porque não é fácil).

Acho que não sou pessimista, muita coisa ficou desse trabalho, só que tenho consciência dos meus limites – não posso ficar trabalhando nisso agora, porque não estou ligada à cotidianidade nem da Universidade nem da escola brasileiras. Eu posso – se as pessoas me procurarem, em nome de uma experiência de vinte anos – ser de alguma utilidade, mas assim como

alguém que está falando agora de fora. Quer dizer, ainda não estou de fora: nós ainda estamos trabalhando num projeto que vai acabar em julho, do qual eu ainda estou por dentro; mas depois disso – tudo muda muito rapidamente, mesmo aqui dentro da Universidade. Isso eu aprendi com o Antonio Candido, que me ensinou muito de teoria literária e talvez mais ainda da vida. Ele é uma pessoa que desde que se aposentou da Universidade se colocou como de fora, sem querer dar palpite, sem querer falar do que não entende; teve a humildade de ver que não entende mais daquilo. E você passa a não entender muito rapidamente, principalmente num trabalho desses que implica um cotidiano, a cotidiana vivência das transformações por que passa a escola pública. Então é isso. Não tem amargura nisso; acho que cumpro um papel: fiz, foi um negócio que me deu prazer, trabalhei no que queria, no que gostava, também. Conheci muita gente, muita gente que está aí batalhando – hoje tem uma equipe aqui formada em vários graus, tem muita gente fazendo mestrado e doutorado preocupada com essas questões, orientada por mim e orientada pelo Wanderley Geraldi, pela Guaraciaba Micheletti, pela Helena Brandão, pelo Adilson Citelli...

M: No início, esse era um trabalho de invasão mesmo, e a ideia do “trabalhar com” era um princípio. Depois parece que a coisa foi se institucionalizando...

LCML: É porque hoje tem mais grupos, na Universidade, que fazem esse trabalho.

M: E como você vê esse trabalho que está sendo feito hoje, comparado com todo o percurso?

LCML: Bom, a primeira coisa que me salta aos olhos é que hoje o fazem de maneira mais profissional. Menos amadorística – talvez com menos idealismo, mas talvez até com mais eficiência, mais distanciamento... Acho que o que é possível se tem feito na Universidade. A Universidade não pode dar prioridade a esse tipo de trabalho, a prioridade dela tem que ser a pesquisa e a docência – pesquisa nas chamadas áreas básicas; considero esse tipo de pesquisa uma pesquisa aplicada: pesquisa de teoria literária e literatura aplicadas à educação. O que não quer dizer que não reverta dessa aplicação um alimento para a própria teoria – isso deu para perceber e em muitas coisas a gente até avança. Principalmente o que dá é uma capacidade, um certo desconfiômetro, para você ver com mais distância crítica certas ondas teóricas, certas categorias que viram moda. Esse pé no chão do trabalho aplicado te dá elementos... e te dá elementos porque te obriga a pensar a teoria encravada no histórico, no momento histórico, na luta das

instituições, na luta de classes – de que está fora de moda falar. Mas até isso, a coragem de continuar falando de luta de classes, por exemplo, num momento em que você vive... você vive dela, você vive ela diretamente quando você vai botar a cara no colégio de primeiro e segundo graus, porque também existe luta de classes entre os professores universitários e os de primeiro e segundo graus – dentro de uma mesma categoria, digamos assim, de intelectuais. Até porque, estes não são considerados intelectuais nem pelos universitários, nem por si mesmos, nem pelas instâncias burocráticas. Eles não são tratados como intelectuais. E eles têm poucas condições materiais para continuarem sendo intelectuais – até entrar em livrarias e comprar livros –, tempo... Então, se houve alguma coisa para a qual esse trabalho concorreu – e aí concorreu mesmo, porque foi feito junto com militância –, concorreu não para fazer que as pessoas se dessem conta disso (porque elas se deram conta lá, batalhando), mas para reafirmar que o professor de primeiro e segundo graus é um intelectual. Quando falo “é um intelectual”, ele pode pensar pela sua própria cabeça, ele pode produzir conhecimento – não só repetir, não só ser um manual de repetição.

Agora, eu vejo muita dificuldade no momento atual. Porque, ao mesmo tempo, a Universidade cobra de certa maneira esse trabalho (porque hoje uma Universidade como a Universidade de São Paulo tem Pró-Reitorias, uma das Prós-Reitorias é a de Extensão e Cultura e faz parte dessa Pró-Reitoria cobrar um trabalho com a sociedade), mas não dá condições para isso – pelo contrário: ela tira a maior parte das condições dos docentes até para fazer a própria pesquisa, quanto mais para fazer esse tipo de trabalho ao lado da sua pesquisa. E esse processo, infelizmente, está piorando: quando você incentiva a maior parte dos professores que têm tempo de serviço a se aposentar (você provoca um pânico, você provoca esvaziamento da Universidade) e não repõe!... O que é que vem aí? O que vem aí é, no mínimo, a introdução do trabalho temporário – que nas Federais já existe: o chamado professor substituto, pago só para dar aulas, muito mal pago, mais mal pago que hoje os professores do quadro da USP – e o que é que sobra para quem fica? Sobra um acúmulo do trabalho burocrático, porque eles são o quadro permanente. Então eles têm menos tempo para pesquisar, têm mais tempo para ficar em reuniões; as aulas, a maior parte das aulas, sobram pra eles também... E o aluno, ele é novamente mergulhado no fragmentário, mas aí com um peso muito negativo do fragmentário, porque ele vai ter cursos não a partir de um planejamento mínimo de uma equipe constante, mas a partir do que pintar – o professor que vier contratado hoje não vai ser amanhã (não pode ter vínculo empregatício)... Ele vai tendo cursos assim, conforme a oferta, e a formação dele vai ficar mais fragmentada.

Nessa conjuntura, a Universidade está sendo destruída. Aqui no Brasil é incrível – você fica três meses fora e quando volta tem novidades

imensas. Agora, por exemplo, tem essa novidade, que está sendo altamente polêmica, que está dividindo os professores nas Universidades Federais, de pagar uma bolsa para quem dá aula na graduação. Isso porque houve um efeito perverso da pós-graduação: na maioria das Federais, na maior parte das Universidades mesmo aqui dentro da USP-, tinha professores com mais títulos que se especializaram na pós-graduação. A graduação ficou às moscas. Nós aqui em Teoria Literária, e em outras áreas da USP, pelo menos tivemos o princípio do rodízio sempre - não perder contato com a graduação e, na medida do possível, fazer rodízio. Então, querendo corrigir, aparentemente, uma distorção, cria-se outra distorção: se dá um dinheiro especial para aqueles professores que dão aula na graduação - isso para suprir uma falta de aumento dos professores já de três anos nas Federais. Com isso vai-se esvaziar a pós-graduação e vai-se pôr em prática um projeto que já era um projeto de José Goldenberg e Eunice Ribeiro Durham muitos anos atrás, que é o projeto de Universidade Brasil 1 e Brasil 2, 3, 4. Isso, nas Federais, significa que elas não podem mais ter a pretensão de ser Universidades com ensino e pesquisa, vão ser só máquinas de dar aula. A pesquisa vai ficar em algumas Universidades - talvez a USP seja uma das eleitas, mas isso também... Não sei qual é a política exata... Porque eu não vejo. Não vejo como, com esse esvaziamento, essa sangria dos professores mais experientes, que vão se aposentando e a USP não repõe - qual é o projeto que está por trás disso? Tem um projeto, nós é que não sabemos qual é. Mas o que está se delineando é aquele projeto de transformar a maior parte das Universidades brasileiras em Universidades Brasil 2, 3, 4. Com essa coisa das bolsas, fica muito claro: todo mundo vai querer ganhar mais, mesmo porque estão no maior sufoco - faz três anos que não têm aumento -, e vão dar aulas na graduação... Abandona-se a pós-graduação, abandona-se a pesquisa, e então você tem Universidades menores, Universidades que só vão dar aulas. Talvez seja esse o plano que está se concretizando. Nesse contexto, como é que você vai querer que ainda exista um trabalho suplementar, um trabalho a mais (porque sempre foi um trabalho a mais, esse). Eu nunca deixei de pesquisar, nunca deixei de fazer teses sobre assuntos acadêmicos, nunca deixei de dar aulas; além disso fazia esse outro trabalho porque gosto, porque achava que era importante - acho até hoje, mas sei que é um sobretrabalho do qual muitos colegas, legitimamente, se protegem.

M: Você poderia falar um pouco sobre os projetos em que você ainda está envolvida, e que implicam trabalho coletivo?

LCML: Até hoje, dois projetos me ligam aqui à Universidade de São Paulo, além dos meus doze orientandos, e a minha pesquisa pessoal, inclusive, por tudo isso, está um pouco parada. Um ainda é dentro do EFES, essa continuidade da pesquisa de circulação dos textos na escola,

que tem uma vertente que é publicar os livros para os professores (que foram um pouco encomenda deles, livros de textos diversos analisados, isto é, antologias e um instrumental de trabalho para eles) e um livro da coordenação, onde teorizemos um pouco as coisas (e a minha parte é um pouco a tentativa de atualizar a minha posição em relação à teoria literária hoje e em relação ao que acho que é importante para o professor e vice-versa). E o outro projeto, também coletivo, é dentro do Centro Ángel Rama, que a gente começou há pouco tempo (desde 90), que se chama “Pensadores da América-Latina”, de onde saiu uma antologia; é uma linha grande de pesquisa, e o primeiro projeto foi confrontar Ángel Rama com Antonio Candido e, principalmente, fazer os alunos de iniciação científica lerem Antonio Candido, lerem Rama e descobrirem neles uma atualidade. E é surpreendente como eles descobrem sem a gente falar nada. Do trabalho com Rama nasceu uma antologia de seus textos que têm a ver com o Brasil – vai sair pela Edusp; e estamos fechando uma dos textos de Antonio Candido que têm a ver com o Rama... E cabe um trabalho, que não sei quem vai fazer, sobre Mariátegui; cabe trabalho sobre Martí, sobre Octavio Paz... Então é possível que surjam outros trabalhos depois, por enquanto a gente está fazendo essas modestas antologias. Mas é uma coisa que é apaixonante. Primeiro, porque o grupo de alunos discute isso com o Flávio Aguiar, com o José Carlos Sebe, com a Sandra Vasconcelos e outros professores interessados e experientes – é um trabalho que se relaciona com o de um grupo maior, internacional, que trabalha com literatura e história, e isso é estimulante. Segundo, por estar vendo essa meninada lendo Antonio Candido, por exemplo, e descobrindo como ele é atual (num momento em que lá fora e aqui dentro tem muita gente dizendo que é um velhinho simpático, que deu uma contribuição, mas é mais sociólogo ou então ainda faz análise de texto e que isso é meio ultrapassado)...

M: Onde dizem isso?

LCML: Por aí afora, aqui no Brasil, nos Estados Unidos, na Alemanha. Gostaria de discutir um pouco disso na Abralic deste ano, cujo tema dá margem a essa discussão.

Então, retomando, esses são os dois – tenho um pouco de nostalgia do trabalho coletivo: sempre trabalhei com mais gente, sempre gostei disso e... Quer dizer, não é nostalgia porque eu continuo achando espaço para fazer isso, pessoas que gostam de fazer isso, mesmo num tempo que não é para isso – um tempo muito individualista. Mas tenho encontrado esse espaço, e é o que me liga ainda, em grande parte, à USP.

M: Em Berlim há espaço para um trabalho desse tipo? E você pensa em desenvolver lá alguma coisa nessa linha?

LCML: Em Berlim eu estou indo com mais calma porque não conheço bem o local. Isso vai muito também de você ter parceiros para discutir com permanência. Em Berlim você tem poucos, porque o que é permanente lá são os titulares, que já é gente simpática, interessante, mas com muitas atribuições, então, com menos tempo. E também a Alemanha tem uma maneira de ver o trabalho intelectual – pelo menos a impressão que eu tenho do instituto em que trabalho (não posso dizer de todo mundo) é que tem, de um lado, aqueles bem tradicionais que fazem aquele velho trabalho filológico e, de um outro, um grupo meio moderno, modernoso demais para o meu gosto, que segue muito as tendências americanas e tem uma obsessão por aquilo que é atual. Então você trabalha com um conceito, o colega vem e diz: “esse conceito é da década de oitenta”; e eu falo: “não importa se é da década de oitenta, depende como é que está sendo usado”. Ou: “esse conceito é da Alemanha Oriental”, então “é de antes do muro”, “é de pra lá do muro e antes do muro” – não me importa, também! Se posso usar o conceito e ele me serve... Portanto é um pouco difícil conseguir inclusive fazer uma equipe de trabalho. E também outra dificuldade é que tem pouca gente permanente... A Alemanha é assim: tem, digamos, hoje, 25% que são titulares e que são permanentes; 25% é gente que está fazendo doutorado ou livre docência, e que é contratada por cinco anos, depois sai; e 50% é *Lehrauftrager*, que são os horistas (que é mais ou menos como esse professor substituto que está pintando aqui) – esse vem e volta, vem e volta...

Mas mesmo aí é possível fazer coisas, com o pessoal mais jovem, que está menos comprometido... Atualmente estou comprometida com um seminário, um colóquio que se faz quinzenalmente: chama-se “Arger mit dem Erbe”, que quer dizer “Bronca com a herança”... E a retomada irônica do conceito de herança – você tem a tradição e, ao mesmo tempo, a briga com a tradição. É uma turma de jovens doutorandos ou recém-doutores⁵ que apresenta seus trabalhos (a maioria estuda Literatura Espanhola, Literatura Hispano-Americana) e tenta trabalhar com a idéia de herança. Houve um professor, meu colega lá do instituto, que me disse: “Mas vocês deram esse nome... vocês ainda trabalham no Brasil com o conceito de herança?” Eu respondi: “Também. Depende como é que você vai trabalhar”. Ele falou: “Porque esse é um conceito da Alemanha Oriental...” E eu disse: “Depende como é que você trabalha”. No Brasil se trabalha com tudo, até com o conceito de influência, como mostra o livro da Sandra Nitrini agora... Tem muita gente que trabalha com intertextualidade, um conceito mais recente; não tão recente (foi difundido por Julia Kristeva na década de setenta), mas que no fundo está fazendo um velho trabalho com a velha coisa da influência, só dando outro nome. Tem gente que trabalha com o conceito de influência recriando-o, tirando-o daquela coisa mecânica

⁵ O grupo é coordenado por Helga Dressel (doutoranda), Dr. Friedhelm Schmidt e Dr. Gerhard Poppenberg.

dos primeiros comparatistas. Então tudo depende. Tenho aprendido muito nesses seminários porque os jovens discutem pra valer. Eles fazem verdadeiras arguições de tese para o cara que expõe, e o cara que expõe não fica querendo se defender imediatamente: ele pensa. Às vezes fica longo silêncio, o sujeito pensando – realmente o outro criou um problema para ele. Ele vai pensar e responder, seriamente, na medida do possível. Realmente, a experiência mais interessante desse colóquio é o debate, ao passo que se você vai a um colóquio oficial, só tem debate retórico: os grandes debatem retoricamente. Essa é um pouco a verdade nos Estados Unidos, é a verdade na Alemanha. Então isso é um trabalho coletivo – que por enquanto é até iniciativa mais deles do que minha, eu só estou dando o meu nome e indo lá. Aos poucos acho que vai dar para fazer coisas desse tipo com mais gente.

Mas agora estou num momento em que preciso encontrar tempo para o meu negócio individual. Porque isso também é uma gangorra, é uma balança: você tem que ter o tempo de discutir com mais gente e tem que ter o tempo de se recolher e trabalhar sozinha, e eu – faz tempo que estou trabalhando sozinha só nos retalhos do tempo que me resta. Isso não é bom, mesmo porque, em Berlim, tem uma riquíssima biblioteca e a vontade que me dá é me enfiar lá dentro e não sair mais. Ela está sendo ameaçada de ser extinta, então tenho que aproveitar enquanto existe – é a maior biblioteca de Ibero-América que existe na Europa, e acho que em algumas coisas em relação à América ela é melhor que a biblioteca de Washington. A biblioteca tem mais de cem anos, foi criada pelo rei da Prússia, resistiu a duas guerras mundiais e não está resistindo ao neoliberalismo. Parece que vão ou fechar, ou incluir na biblioteca geral (o que não é bom). Então, tenho que acabar esses projetos coletivos e me encerrar na biblioteca de Berlim por mais um ano e meio, dois, que é para poder fazer alguma coisa mais pessoal, para poder pensar um pouco...

M: Que projeto seria esse, mais pessoal?

LCML: Até isso eu tenho que reciclar, porque fiz uma longa pesquisa em 1992, quando tive um ano sabático. Foi assim: eu me dediquei longos anos ao regionalismo; depois comecei a trabalhar a cidade – Clarice Lispector, Rubem Fonseca etc. e no dia da minha livre-docência, quando estava me despedindo do regionalismo, Antonio Candido faz uma encomenda – aquele texto sobre o regionalismo que saiu depois no livro do Memorial da América-Latina [*Palavra, Literatura e Cultura*]. E, ao escrever aquele texto (foi até engraçado, porque fui para o sítio, levei todos os livros, fiquei quinze dias lá: fui para um espaço bucólico voltar ao regionalismo), eu me dei conta de que não tinha esgotado esse tema e era preciso voltar a ele. Então, no exame de titularidade, eu disse isso com todas as letras: “Por causa desse texto eu me dei conta e então vou trabalhar

ao mesmo tempo: cidade e campo, cidade e campo". Já dei dois cursos lá em Berlim sobre cidade e campo; mas quanto mais eu dou, menos sei! Então tenho que parar e ler mais – tenho que repensar esse projeto: é muito amplo, não dá... Eu queria escrever um livro – *Cidade e Campo na Literatura Brasileira* (talvez um Raymond Williams abrasileirado...), mas é muita coisa. Não dá, vou ter que limitar isso. Mas o fato de estar em Berlim, trabalhando mais com literatura brasileira (e trabalhando num instituto que tem características diferentes de um curso de Letras também), vai me obrigar a repensar essas coisas. Então ainda está tudo meio suspenso, estou precisando de pelo menos me encerrar mesmo, para pensar, mas antes disso tenho que liquidar o que comecei no coletivo – ainda estou numa fase de transição.

M: E nesse sentido você pensou num fechamento de *Invasão da Catedral*. E uma produção independente ou está ligada a esses projetos do Ángel Rama e do EFES?

LCML: É ligado ao EFES. Porque o livro da coordenação é um livro em que tem uma parte de coisa coletiva e muito de individual. É um livro para nós pensarmos as questões teóricas fundamentais que estão na base desse projeto de trabalho com primeiro e segundo graus. Então o Adilson está lá enfrentado com as comunicações de massa, tanto no voluminho que ele está fazendo quanto em seu trabalho na ECA – ele está às vésperas de uma livre-docência e precisa trabalhar isso mais intensa e sistematicamente. Então, o texto dele no livro vai ser uma espécie de abertura da livre-docência, onde ele reflita basicamente sobre as comunicações de massa e as teorias sobre a mídia que ele está lendo. E a mídia e a escola, a mídia e a literatura. Trabalhei muitos anos em teoria da literatura e acho – sempre achei – que os linguistas pensaram mais que os teóricos da literatura sobre o que interessa a um professor de primeiro e segundo graus: o “feijão com arroz” da linguística eles “traduziram” para o professor de primeiro e segundo graus. Então, hoje na rede todo mundo sabe o que é norma, o que é a variação linguística, o que é coerência textual, o que é o epilinguístico... Mas na rede, o pessoal não sabe o que é verossimilhança, por exemplo – e é um conceito “feijão com arroz” da teoria literária. É um trabalho de divulgação científica, trocar em miúdos esses conceitos, selecionar quais são os conceitos úteis ao professor. Porque se você não faz isso, o professor tem a impressão (e a gente viu isso quando dava assessoria) de que na Universidade estão produzindo um monte de teorias e que ele tem que ler tudo e escolher uma – ou umas – para dar suas aulas atualizadamente. E ele fica tão desesperado e perdido – com toda a razão: nem nós dominamos todas as teorias que circulam por aqui! Então o trabalho de mediação que a gente pode fazer é um trabalho de divulgação científica: você pega, você seleciona – tem que conhecer muito bem a

realidade do professor, quais são as necessidades, e tem que conhecer razoavelmente as teorias – e você faz esse trabalho de “tradução”, que é o que o físico vai fazer para dar aulas de Física no primeiro e segundo graus. Isso não está feito com teoria literária, e ao fazer isso você põe em xeque a teoria literária na Universidade.

M: Põe de verdade?

LCML: Porque você tem que ver quais são os conceitos que ainda permanecem. Aí vem um sujeito e diz assim: “Não, esse negócio de gênero literário está ultrapassado, porque agora é a mistura dos gêneros...” Está ou não está? Vamos ver! E a especificidade? O valor? Ninguém mais discute o valor – “Porque não, o valor... Os cânones, os contra-cânones, sei lá o quê...” Vamos ver isso no miúdo – o que é o cânone? o que é canônico? o que é que não é canônico? Vale a pena voltar a ler os canônicos? Tem que ler Machado de Assis na escola? Por que sim? Por que não? Vamos ler Paulo Coelho? Essas são questões essenciais com que sempre os teóricos da literatura se defrontaram, que têm que ser revisitadas e repensadas quando você pensa em trocar a teoria em miúdos para professores do secundário. Por isso eu digo que talvez seja um pouco mais ousado – um passo que eu hoje possa dar, a mais, em relação ao *Invasão da Catedral*. Lá eu levantei um monte de problemas (era mais perplexidade) e hoje talvez possa dar algumas pequenas e modestas respostas. Por exemplo, dizer: “O texto literário tem uma especificidade!”; contra tudo numa certa vertente dos chamados estudos culturais que está dizendo que não tem ou que isso não é relevante. É importante ler Paulo Coelho? Saber o que é, fazer trabalho de mestrado sobre Paulo Coelho? É. Mas Paulo Coelho é *best-seller*. Paulo Coelho faz aquilo que Jauss dizia que é uma literatura culinária! E ele sabe que faz. Será que seus leitores não merecem mais, não merecem ter mais opções? Aí o papel do editor, o papel do professor etc.

Estou percebendo uma coisa interessante: sempre trabalhei com o não-canônico (porque o regionalismo é o mais anticanônico possível) e sempre achei que era importante trabalhar. Novela de televisão, só não trabalhei porque não tive tempo, mas adoraria ter feito um trabalho naquela época sobre novelas de televisão. O único que teve coragem de orientar uma tese sobre isso foi o Rui Coelho: orientou uma colega minha, a Angeluccia Bernardes Habert, que agora trabalha na PUC – era sobre fotonovela.⁶ Mas eu trabalhei duramente com o não-canônico... E na Universidade, o que é que se trabalhava? Trabalhava-se Machado de Assis, Guimarães Rosa, trabalhavam-se os canônicos – aprendeu-se muito bem a trabalhar os canônicos. Quando você vai fazer um trabalho sobre o regionalismo gaúcho e começa a ler um monte de coisas, um monte de

⁶ Foi publicada com o título *Fotonovela e Indústria Cultural*, Petrópolis: Vozes, 1974.

contos como os que estão listados aqui nesse primeiro livro [*Regionalismo e Modernismo*], você começa a ficar espantado quando começa a gostar. Então você diz: “Como é que eu estou gostando? Eu, leitora de Guimarães Rosa, estou gostando de ler tal coisa!” Porque tem níveis aí também, tem hierarquias, e você começa a gostar disso. Mas de repente se está vivendo, hoje, o reino do anticânone, que vai contra os cânones ao ponto de não se querer ler Goethe na Alemanha... Bolei um curso que achei que foi muito bom para literatura comparada, que funcionou superbem aqui: foi um curso sobre o poema “Fausto”, do Estanislau Del Campo (um escritor da gauchesca argentina). Acontece que quis trabalhar o texto do Estanislau, o texto do Goethe e a ópera de Gounod, e trabalhar comparativamente esses textos. Os alunos daqui gostaram muito: ninguém tinha ouvido a ópera, escutou a ópera e leu o libreto; ninguém tinha lido Goethe e foi ler... Então pensei: “Bom, agora vou dar esse curso na Alemanha, porque lá vou aprender com os alunos alemães, que sabem muito mais Goethe do que eu...” Fui para lá – você acredita que ninguém tinha lido Goethe? Não só não tinham lido, como não queriam ler! Creio que acharam o curso careta. Uma moça leu o Goethe, o *Fausto I* (que é mais conhecido), num livrinho, uma brochurazinha que circulava na escola secundária; mas nem todos tiveram isso na escola, os que tiveram fizeram questão de não ler e esquecer porque eles são contra o cânone, sobretudo contra o cânone da Alemanha. Então o que acontece? Penetra muito mais fácil lá qualquer escritor menor brasileiro que arranje um empresário que o traduza e o lance lá (mesmo um escritor de quem a crítica aqui nem fala ou fala mal) do que Goethe... E por quê? Porque está na moda falar contra o cânone sem ter lido os cânones, o que é um contrassenso – para você botar uma coisa em xeque, você tem que ter lido a coisa; e também porque está na moda se interessar pelo diferente, o que é ótimo, mas pode ser apenas uma versão colorida do exotismo. Então, isso tudo me deu a impressão de que, hoje, um papel revolucionário (se não é exagerar) é ser conservador... A especificidade da literatura, aquilo contra o que eu brigava na década de setenta, porque estava muito enfatizado, tem que voltar a ser defendido – a especificidade. Tem que voltar a defender o canônico, dar cânone na escola... Porque não é assim, também, que você contesta as coisas – caindo num indiferenciado e numa pseudodemocracia do conhecimento. Por isso agora sou uma professora de Literatura Brasileira bastante tradicional, que dá história da literatura, dá cursos panorâmicos – os alunos querem e gostam, mas os colegas não gostam muito. Mas eles dão outras coisas, então eu dou isso que acho que é o que está faltando. Coisa interessante: logo eu que estudei o regionalismo, que gosto de trazer o não-canônico à pauta...

Não sei... Vocês sabem que a minha exposição não é linear – [rindo] mas como vocês começaram do fragmento...

M: Você demonstra um ceticismo grande em relação a essas tendências atuais, apontando vários problemas relacionados, ao que parece, à radicalização pós-moderna do relativismo... A questão que se coloca é: é possível resistir? Você qualificou o último livro do Arrigucci⁷ como “saudavelmente anacrônico”... Então o passado tem chance de sobreviver? Ou é preciso encontrar algum caminho dentro dos problemas dessa mentalidade reinante?

LCML: É, sua pergunta é difícilíssima porque é muito geral, não é? Vamos particularizar para os estudos literários. O passado pode subsistir? Eu acho que pode. Subsiste – mesmo *malgré nous* – transformado. Eu digo que o livro do Davi é “saudavelmente anacrônico” porque o Davi é muito fiel a si mesmo: aquele livro leva às últimas consequências uma arte de ler que ele desenvolveu durante toda a vida – é o que ele faz de melhor e, na minha opinião, alguém deveria continuar fazendo. Mesmo se não está na ordem do dia. Mesmo se as pessoas acham que pode ser exagerado, que ele fica muitas páginas e muito tempo no mesmo texto, ou que fica na análise sem teorizar – como talvez dissesse o Luiz Costa Lima, se eu interpretasse por aí aquele texto dele que a gente utilizou.⁸ Mas acho que mesmo assim o Davi atualiza – o Davi que lê hoje não é o mesmo que lia 20 anos atrás. Atualiza dentro de uma linha dele de coerência. E ele também não desconhece as novas tendências da teoria literária, não desconhece o debate atual – é uma opção caminhar por aí.

Mas também acho o seguinte: aprendi com a onda do estruturalismo – nós nunca fomos, aqui na Universidade de São Paulo, pelo menos aqui na Teoria Literária (graças ao exemplo de Antonio Candido), estruturalistas como foram, por exemplo, algumas pessoas no Rio de Janeiro, ou na PUC, em São Paulo. Havia naquela época revistas que publicavam análises de contos do Guimarães Rosa, ou do próprio *Grande Sertão: Veredas*, e que eram aplicação pura e simples dos esquemas de Propp – para quê? Ninguém sabia. Aplicavam, não é? Sendo que Propp não fez aquilo para ser aplicado a Guimarães Rosa – nem para ser aplicado. Então houve exagero, mas houve também, nesse exagero, muita prática do como fazer aquelas análises. Então Antonio Candido deu um exemplo (que acho que nós hoje talvez não estejamos sabendo seguir com a aplicação que deveríamos) de humildade e de visão do futuro – visão dialética das coisas. Ele era um homem já formado e até famoso na década de sessenta – já tinha escrito *Formação da Literatura Brasileira*, já era conhecido nacional e internacionalmente –, e foi estudar com a maior humildade tudo do

⁷ *O Cacto e as Ruínas: a Poesia entre outras Artes*. São Paulo: Duas Cidades, 1997.

⁸ “Teorização literária e situação latino-americana” [texto extraído de *Terceira Margem* – Revista de Pós-Graduação de Letras da UFRJ, ano 1, n. 1, p. 33, 1993], utilizado no citado curso “Análise e Interpretação da Obra Literária”. Outro texto de Costa Lima discutido nesse mesmo curso parece mostrar como seria, para ele, o casamento da crítica com a teorização: “A reificação de Paulo Honório” in *Por que literatura*, Petrópolis: Vozes, 1969.

estruturalismo. Ele foi ler Jakobson, fez seminário. Ele deu curso sobre isso, botou os alunos para estudar, e começou, ele, a usar alguns desses instrumentos em seus textos. Por exemplo, "O Mundo Provérbio"⁹ é um ensaio em que ele usa bem os esquemas estruturais, as oposições binárias - os esqueminhas! Mas, ele usa como técnica - ele dizia-, não como método, para aperfeiçoar o mecanismo de leitura (porque esse momento da análise interna dos textos foi sempre prioritário para ele), para depois, a partir do interno, fazer as relações contextuais. E ele escreveu em 1970 um texto que acho muito importante (e que infelizmente ele nunca republicou), que é "A Literatura e a Formação do Homem"¹⁰, onde diz que estávamos enfatizando a forma, e a função estava colocada entre parênteses (e a função tem a ver com a história), mas que ela iria voltar...

De fato, nós estamos vendo que hoje volta a função, mas sem a forma, muitas vezes. As pessoas passam rapidamente demais pela análise do texto propriamente dito e já querem fazer as análises... que no fundo são análises ideológicas! Não está na onda, não está na moda falar em análises ideológicas, mas é o que são. Quando você mostra que um texto tem uma visão do negro que é preconceituosa ou mostra que um texto é machista, você está fazendo uma análise ideológica. Só que sem prestar atenção na forma! E muitas vezes você não pode acusar o texto de machista se você lê bem - às vezes não é o texto, é um personagem. Se você fizer uma análise de narrador, já vai ver que está errada a análise... Vi uma historiadora acusar o Graciliano Ramos de ser, numa crônica, racista. Você vai ler a crônica, tem ironia ali, tem um processo ficcional, tem um narrador, e a pessoa não percebeu... Bom, ela era historiadora, não tinha obrigação de perceber - mas nós temos, não é? Nesse sentido, acho que o que falta hoje, para nós, talvez, é fazer um balanço - ir fazendo um balanço - do que essas novas tendências trazem, do que delas pode ficar. Se a história voltou (voltou mal porque voltou sem a forma), a forma pode voltar - e pode voltar mal também: podemos cair num novo formalismo... Então o negócio é sempre tentar amarrar as duas pontas. Talvez o interessante dessas novas tendências seja realmente uma abertura para os estudos culturais. O que é que são os estudos culturais? O Gramsci propunha estudos culturais: dizia que a literatura tinha que ser analisada como um elemento da cultura, que era uma coisa mais geral... Só que ele não fazia desse jeito como estão fazendo hoje - a maior parte das pessoas faz estudos culturais na linha dos americanos. A abertura para contextualizar literatura como *uma* produção cultural *entre outras*, num mundo tão complexo, em que se criaram tantas técnicas de produção de textos vários, em várias linguagens - é preciso pensar a literatura nesse contexto, não posso mais ficar tratando a literatura como no século XIX... E isso tem de bom nos estudos culturais: eles abrem para isso. O que tem

⁹ In: *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

¹⁰ *Ciência e Cultura*, v. 24, n. 9, p. 803-9, set /1972.

de mau é que se perdem especificidades. De quem trabalha, das disciplinas – o que é bom também (a multidisciplinaridade, ou a interdisciplinaridade: trabalhar sociólogo com filósofo, com literato falando de literatura – ótimo!). Só que tem que ver como cada um pode falar, qual a contribuição de cada um. Quando vejo um historiador dizendo que o outro lá é racista porque não leu o foco narrativo, a ironia, a minha obrigação é dizer: “Olha, eu aprendi a ler a ironia...”

As distinções hoje estão apagadas ao ponto de que você entra numa livraria e não encontra a rubrica Literatura. Não tem. Prestem atenção nas grandes livrarias... Ou então você vai a um Congresso, como aquele de Quito, que era um Congresso de Latino-Americanistas – eu estava num simpósio (eles organizam os participantes em simpósios): cinquenta pessoas (historiadores, literatos, antropólogos) falando de literatura. Mas a rubrica não era Literatura, era “Filosofia e Pensamento”. Eu falei: “não me reconheço nisso... Eu não faço filosofia e pensamento, eu faço leitura de textos literários”; e também é redundante Filosofia e Pensamento como rótulo [risos] – um rótulo ruim! No mínimo, tenho que ter sensibilidade para não gostar desse rótulo! Convidaram-me para coordenar o próximo simpósio, em Varsóvia. Só se entrar literatura. Se não entrar literatura, não faço – o que eu faço é literatura. As pessoas hoje têm vergonha de dizer que fazem literatura. Isso se manifesta em concursos, isso se manifesta nas placas das livrarias, isso se manifesta nos rótulos de seminários, de simpósios...

E aí tem um perigo – pode ser delírio, mas acho que é um perigo. Não que eu esteja defendendo a divisão das ciências humanas tal como elas se colocavam no fim do século XIX (é ótimo que o historiador trabalhe com o texto literário, que o literato trabalhe com a história – eu sempre procurei trabalhar com a história; mas sempre tenho meus limites para trabalhar com a história porque não sou historiadora, e o historiador tem que saber que tem os limites para trabalhar com os textos literários porque ele não teve a formação – afinal a gente não fica aqui estudando, anos, para depois o outro achar que pode fazer o que a gente faz, e vice-versa). Mas não acho que seja casual que num momento em que o plano, por exemplo, na Universidade da Alemanha é cortar, até o ano 2000, metade dos professores de ciências humanas – não é casual que se queira introduzir os *cultural studies*, que misturam tudo. Por exemplo, nós do instituto – lá é um instituto de estudos latino-americanos que dá alguns diplomas: por exemplo, o sujeito se forma em Economia com ponto de concentração em América Latina, então ele é um economista que entende de América Latina; ou ele é um literato que entende de literatura mexicana, brasileira...; ou ele é um antropólogo que entende do Peru e dos índios peruanos. Agora queriam fazer – em nome da interdisciplinaridade e da multicultura – um diploma de estudos latino-americanos. Isso nós interpretamos como um verniz de formação, e ia-se perder essa base. E nos Estados Unidos eles já

superaram essa fase. Nós recebemos uma carta de um professor que é especialista em currículo lá nos Estados Unidos – um *expert* na coisa dos estudos latino-americanos em que ele disse que hoje em dia não se dá mais esse tipo de diploma lá porque os meninos saídos com esses diplomas não conseguem emprego. Porque quem emprega quer saber o que é que você sabe fazer: você é sociólogo? Você é filósofo? Você é historiador? Então você fez Letras – sabe revisar textos? Sabe escrever? Isso é uma coisa que nós estamos tentando superar lá, mas não acho que seja casual, porque se faço um diploma de estudos latino-americanos, não preciso botar mais professor – pego um sociólogo, ele vai falar de literatura; o literato vai falar de sociologia, e todo mundo fala de tudo. Acho que essas coisas estão muito juntas, e às vezes nós aqui reproduzimos essas tendências teóricas sem nos darmos conta do que está em jogo. Essa brincadeira também de que tudo é multicultural – não tem nação! Não tem nação, mas as nações ricas estão se defendendo – são mais nacionalistas do que nunca –, não me venha com essa de que não tem nação! Então a gente fica fazendo o jogo que na economia é bem claro e pensa que está sendo vanguarda teoricamente, e fica desclassificando coisas do passado. A gente tem que fazer um esforço de crítica para limpar um pouco o que vem por aí – a reprodução acrítica do sistema econômico e ideológico – e aproveitar o que tem de bom – realmente tem coisas boas que talvez fiquem...

É difícil fazer essa triagem no presente, assim no calor da hora. Demora para você se dar conta das coisas – às vezes posso estar sendo injusta, posso estar dizendo uma porção de bobagens aqui. Mas pelo menos estou tentando entender criticamente um processo. E aí eu acho que vale muito a intuição e a formação da gente – se trabalhei todo o tempo tentando respeitar a especificidade do texto e a sua articulação com o contexto, não posso ficar esquecendo um ou outro lado porque está na moda. Sinto muito, a minha formação é essa – eu agora tenho cinquenta anos, não vou fazer outra coisa, vou aperfeiçoar esta... E acho o que essa é a contribuição que posso dar. É claro que um jovem que tem uma outra formação – pode estar se formando nessa “geleia geral” pode depois ensinar coisas para a gente, trazer algo de muito bom que eu, com a minha formação, possa não estar vendo. Então o jovem não tem que ficar repetindo Antonio Candido ou seja lá quem for (nem eu repito, mesmo porque poucos teriam condição de repetir), mas a gente também não pode dar uma de recomeçar do nada e negar todo o passado. Quem está fazendo uma reflexão sobre isso (já ouvi uma palestra dele, espero que esteja publicada em algum lugar, ou que vá publicar) é o Alfredo Bosi, que deu uma palestra, no Instituto de Estudos Avançados, em que refletia sobre a formação dele e sobre essa coisa de que tudo é fragmento. Mas eu – eu quero a totalidade! [risos] Eu quero chegar ao todo! Eu vou fazer esse esforço a vida inteira, mesmo sabendo que é muito difícil, que um galo

sozinho não faz a manhã. Mas... não vou desistir da manhã – só porque me dizem que não está mais na moda?

M: Esse grupo que está trabalhando com história e literatura tem também essa visão, tentando aproveitar as novidades de uma maneira melhor?

LCML: Talvez, intuitivamente, sim. É um grupo complexo. O primeiro debate desse grupo saiu no livro *Literatura e História*; nele a gente vê, por exemplo, o José Carlos Sebe implicando com a história fragmentária, que ele diz que é a história que perde a ambição de ver o todo e a ambição de analisar, entender estruturalmente a sociedade, e fica fazendo a “história das mamadeiras” [risos]. Ele exagera, falando no fundo que se faz história do que não interessa, que se perde em detalhes – é fazer caricatura de toda uma nova historiografia que tem trazido boas contribuições: a história do cotidiano etc. Mas ele não deixa de ter um pouco de razão: nessa caricatura ele está dizendo que estão jogando a criança com a água do banho. Se na historiografia estão jogando o método do historiador (estão jogando a vontade de falar a verdade – o problema da *verdade!* – estão jogando fora porque tudo é discurso, e isso irrita, com razão, o José Carlos Sebe), na literatura nós jogamos o belo fora. Ninguém mais pensa sobre o belo. Você pode não pensar com esse nome – o nome talvez seja antiquado – mas você pode falar do específico, do valor estético... Ninguém mais se preocupa com isso; eu quero o belo! Eu quero a verdade! E quero pensar sobre essas coisas; e o historiador que não abre mão da verdade, o literato, o artista que não abrem mão do belo – é importante, não é? Isso o grupo tem mais ou menos intuitivamente... Saíram muitas brigas, havia muita projeção, um pouco fantasmagórica, do que era um, do que era o outro. Mas no último encontro da gente, que foi em Campos do Jordão, nós fizemos um Seminário fechado e deu para aprofundar mais as coisas. Esse encontro foi organizado em cima de quatro subgrupos, num grupo de vinte pessoas, em que trabalhamos com quatro livros (cada grupo trabalhou um livro e na mesa havia dois historiadores, dois literatos e dois debatedores de fora) – agora vai sair um livro com os debates (agora, não sei, porque demora tanto a publicar...). Vocês vão ver que os debates avançaram em relação, por exemplo, a esse deste primeiro livro [*Literatura e História*].

O que eu acho que a gente no fundo está fazendo é mais do que literatura e história – é um grupo de literatura e de ciências humanas que no fundo está discutindo as fronteiras, através de estratégias que são, por exemplo, leituras dos mesmos textos, leituras cruzadas. Esse grupo avança por aí, procurando não ficar anacrônico em relação às tendências contemporâneas, mas também não avançar com muita sede ao pote, não jogar fora aquilo que é tradicional nas disciplinas, não sair das disciplinas,

não querer abarcar o outro campo, porque isso seria também subestimar o outro campo. Para mim, tem sido muito interessante; tenho aprendido muito nesse grupo, porque o historiador vem com aquele rigor de historicizar os conceitos, historicizar as obras, fazer aquele negócio que muito literato achava que era careta (por exemplo: a história das obras, a história do autor, onde é, quando é que nasceu, quando publicou, depois essa, e depois essa – seguir um pouco a cronologia). O que é que estava se passando, com rigor, sobre os acontecimentos? O historiador parte daí. Ele não faz nada sem fazer isso – é do *métier* dele! E nós trabalhamos muito analogicamente, então, volta e meia, também, a gente corrige o historiador, porque ele faz tanto isso que ele também não trabalha analogicamente, e com a literatura é preciso. Houve uma grande discussão minha com o José Carlos Sebe nesse encontro de Ribeirão, porque ele fez um texto exemplar sobre o Darcy [Ribeiro], em que foi historicizando a produção do Darcy na antropologia e na literatura... E ele se pergunta: “Por que é que ele tem que escrever romance e não se contenta em escrever livro de antropologia?” E, no fundo, a resposta que ele dá é que o romance é uma tentativa de tornar viva e mais interessante a informação antropológica, é apenas um atalho para a grande obra final: *O Povo Brasileiro*. Mas eu acho que é mais que isso: o romance busca, de uma outra maneira, uma outra verdade, um outro lado da verdade. É uma forma de conhecimento. Então não é só uma maneira de apresentar diferentemente um tema, ou uma realidade, ou uma pesquisa – Darcy sentiu necessidade de investigar também de um outro jeito a realidade; no caso de *Maíra*, a dos índios. Houve uma longa discussão em torno disso e acho isso muito produtivo. E o exercício de ler os mesmos textos, várias pessoas de formação diferente, é muito interessante.

M: Agora que você está saindo do Brasil, que conselho você daria a quem está começando por aqui?

LCML: Primeiro, eu acho que o fato de estar indo para Berlim não significa necessariamente sair daqui. Estou indo para Berlim, mas com a perspectiva de alguém que quer enxergar literatura brasileira sem perder – não posso perder – a dimensão de que ela é produzida aqui; e tenho que entender o que se passa por aqui e a relação do Brasil com os países lá de fora. Não posso tratar literatura brasileira – mesmo morando lá – como um alemão trata. O alemão vai ter uma outra perspectiva e elas são complementares. Não posso enxergar como um alemão! Tenho que continuar enxergando como alguém que viveu, produziu e pensou aqui, e acho que vou ter uma sensibilidade especial para fazer isso. É claro que posso ampliar um pouco o meu ponto de vista: o fato de estar lá me deixa entender melhor, por exemplo, como é que eles veem, por que veem assim etc. Isso talvez seja interessante. Até para relativizar os juízos da nossa

crítica aqui, que às vezes podem ser até meio fora da realidade – perspectiva muito fechada e um pouco idealista... Tenho incentivado os alunos de lá, às vezes, a fazerem – por exemplo, um deles vem lá querendo trabalhar João Antônio e eu falo: “Por que você não trabalha o que se diz do João Antônio na Alemanha, comparado com o que se diz dele no Brasil?” Tenho curiosidade para confrontar, porque acho que se dizem coisas diferentes. Então dois João Antônio vão nos ensinar muito sobre o mundo: como é que o alemão enxerga, por que ele enxerga assim... Eu relativizo essa coisa de que estou lá – eu tenho a pretensão de estar lá e aqui, o mais possível, intercambiando as coisas. E representando lá fora... até uma forma uspiana de pensar literatura – que me formou. E talvez trazendo alguns elementos para problematizar essa forma uspiana, às vezes.

Agora, acho que o trabalho da gente se faz, se enriquece, com essa alternância entre o individual e o coletivo. No coletivo, não se precisa obrigatoriamente trabalhar num projeto desses de longo prazo, pode-se discutir os trabalhos em colóquios, em congressos. Mas tem gente que só faz congressos e não para para estudar! E também escreve tanto texto para congresso que, no fim..., são textos superficiais! Então é preciso, às vezes, fugir de congressos, ter a quota necessária de congressos para ir lá trocar, ver o que os outros estão pensando, mas também ter o tempo – e é difícil fabricar esse tempo, cada vez mais, sobretudo quando você começa a ser muito solicitado e tem muitas obrigações (agora, por exemplo, tenho que estudar alemão e isso ocupa horas da minha vida – é por isso, também, que minha pesquisa está meio parada), mas é preciso fabricar esse tempo porque uma coisa alimenta a outra. Se trabalho muito individualmente, perco um pouco a dimensão da minha relação com os outros, com a realidade..

E se trabalho muito voltada para fora, me perco! Vou repetir (ou me repetir ou repetir os outros), não vou pensar nada mais – não digo nem original –, mais. . . sei lá, algo que tenha mais a ver comigo.

M: Você poderia falar um pouco sobre o seu trabalho com o Callado?

LCML: Callado também é um capítulo inacabado, digamos assim. Fiz um trabalho sobre Callado a partir de uma coisa que foi coletiva, que foi um projeto na FUNARTE, inventado pelo Aduino Novaes, sobre o nacional e o popular na cultura brasileira. Ele juntou – foi muito interessante – gente de televisão, de rádio, de artes plásticas, de música: durante um ano fomos mensalmente para o Rio de Janeiro discutir. Aprendi muito. Teve gente lá que estava trabalhando com televisão – me lembro que passaram *Malu Mulher* sem os comerciais: nada mais insuportável do que *Malu Mulher* sem os comerciais (aí dá para entender a

importância do comercial na novela de televisão [rindo], sobretudo quando ela é muito discursiva). O Enio Squeff fazia a parte de música com o José Miguel Wisnik, o Jean-Claude Bernardet fazia cinema, e eu e o Lafetá resolvemos nos distribuir para a coisa de literatura e ele ficou com Ferreira Gullar – que é poesia – e eu, com o Callado. Então esse encontro com o Callado nasceu por esse projeto coletivo (apesar de que a gente ia lá no fim do mês mas depois ficava trabalhando sozinho). Isso durou um ano (depois outro tanto para entregar os relatórios). Então teve essa feliz combinação de um espaço para trocar – relatórios, conversas – e outro espaço para refletir. E naquele tempo eu tinha mais tempo...

Então resolvi fazer um trabalho sobre Callado, sobre a recepção do Callado pela crítica: como é que a crítica o via – seria o romance da revolução, o *Quarup*. Depois foi como é que em *Quarup* se problematiza, no calor da hora, essa visão dos leitores de que era o romance da revolução brasileira – e ele é muito mais que tudo isso e como é que ele é um embrião, é um divisor de águas na obra do Callado. Eu o vejo como um embrião de coisas que depois vão se desdobrar. É um grande romance – essa tese do Arturo Gouveia de Araújo¹¹ e as arguições que ele sofreu me convenceram mais uma vez de que é um grande romance. No entanto, Callado (é até um lado interessante dele como escritor maduro, reconhecido) tinha uma certa frustração de não ter sido reconhecido tanto quanto queria pela grande crítica. Um grande crítico que ele queria que tivesse falado mais da sua obra era o Roberto Schwarz. E o Roberto falou – fez umas conferências sobre *Quarup*, escreveu algumas coisas, mas nunca se debruçou mais sobre a obra dele. Uma outra frustração do Callado é que *Concerto Carioca* não teve quase comentário da crítica. Teve um do Davi Arrigucci Jr., *en passant*, num debate que houve em Encontro da Associação de Manuscritos¹², mas não houve, assim, maiores análises. Embora eu tenha, por exemplo, cartas do Callado falando orgulhosamente de *Quarup*. Uma experiência arrasadora, uma das experiências mais fortes que eu tive voltando ao Brasil no ano passado (tinha acaba do de morrer o Callado) foi com uma entrevista que o Callado dá quando faz oitenta anos, que é – assim – *down!* Ele fala que fazer oitenta anos não tem graça nenhuma, que é a morte, que o Brasil não tem jeito mesmo, que tudo o que eles pensaram (ele, o Darcy etc...) – aquelas utopias da década de sessenta estava tudo errado, que não serviu para nada, que da obra dele nada ia ficar, que a única coisa que ia ficar – talvez – seria *Reflexo do Baile* (que foi o livro sobre o qual o Davi Arrigucci escreveu um ensaio exemplar). Então ele teve um grande crítico que falou de um livro seu e ele elegeu esse livro como o melhor – foi a única coisa que ele salvou naquela entrevista pavorosa! Lembro até que, na

¹¹ *Literatura e Violência Pós-64*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP. Orientadora: Ligia Chiappini Moraes Leite.

¹² Depois publicado em livro: “Pedaco de conversa (resposta a Antonio Callado)” in *Enigma e Comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

época, eu fiquei muito deprimida, então liguei para um colega e amigo, Adilson Citelli, e falei: “Pô! Você viu a entrevista do Callado?”; ele falou: “Pois é. Mas leia a do Darcy, que continua sendo uma Poliana” [rindo], “também quando fez oitenta anos, que aí você vai fazer uma média e vai ficar mais alegre”. De fato, o Darcy diz assim: “Fazer oitenta anos? oitenta anos é bobagem! Idade não existe, velhice também não! E morte – não importa!...” Tudo assim [rindo]: “O Brasil é maravilhoso!” Então é botar uma ao lado da outra – por isso é que me deu vontade de dar um curso sobre os dois lá, agora...

Mas a minha relação com Callado vem um pouco de achar que dá mais pano para manga a análise das obras dele. Uma análise que fiz mais detida foi a de *Sempre Viva* – continuo achando que é um grande romance. Outro romance sobre o qual também fiz um pequeno texto (apresentei num congresso), mas que está pouco estudado (é um romance difícil), é *Memórias de Aldenham House*. Esse romance merece um estudo maior. Mas o que dá para dizer do Callado (eu digo como uma hipótese – precisava ser trabalhado, dá uma tese isso) passa pela questão do gênero e é o seguinte: o Arturo não desenvolveu, mas ele no fundo está dizendo que o romance *Quarup* é um romance de deseducação – e de educação. E como se fosse – e é isso que ele não desenvolveu (cobraram dele com razão) – um romance de formação às avessas. Porque no Brasil aquele tipo de projeto só podia dar pela culatra, o projeto do padre Nando [rindo] – ele tinha mais é que desaprender e não aprender. Porque ele tinha que desaprender a ser padre, desaprender todas aquelas bobagens que ele pensava de Brasil, encarar o Brasil real, botar a cara lá, ver o que é o índio de verdade. E é isso que ele faz ao longo do romance. Mas quando digo que é preciso estudar a questão do gênero, estou pensando uma coisa que é um pouco o que aproxima Callado de Gullar – digo isso no livro sobre Callado, mas não desenvolvo. Gullar foi numa experiência com vanguarda até o momento em que ele rompeu e partiu para uma certa linha da sua poesia bastante, até diria, popular (no sentido de que é uma poesia que todo mundo entende). Se ele tivesse ficado naquele negócio mais de vanguarda, talvez meia dúzia entendesse – e talvez a crítica o achasse poeta melhor. Callado fez a mesma coisa: ele partiu de um livro que todo mundo dizia que era jornalístico – o *Quarup* –, quis se libertar desse negócio, experimentou, experimentou, chegou ao máximo da experimentação em *Reflexo do Baile*. Coisa toda fragmentária. .. Alusiva!... Depois ele retrocedeu e fez *Sempre Viva*. E depois *Concerto Carioca*, que é um livro problemático¹³, e depois fez

¹³ Em comentário posterior à entrevista, Ligia observa: “No simpósio intitulado ‘Brasil, país do passado?: Atualidade ou Anacronismo no Pensamento de Antonio Callado, Darcy Ribeiro, João Antônio, Paulo Freire, Paulo Francis e Herbert de Souza (‘Betinho’), realizado entre 23 e 25-06-1998 pelo LAI-FU e ICBRA e coordenado por mim e o Dr. Berthold Zilly, houve uma mesa-redonda excelente sobre a obra de Callado e, entre outras coisas aprendi que se pode reler com outros olhos e revalorizar enormemente *Concerto Carioca*, como fez Ettore Finazzi-Agrò em sua comunicação [“No limiar do tempo: a imagem do Brasil em *Concerto Carioca*”].

Aldenham House, que na minha opinião é um grande livro. Quando digo que ele retrocedeu, é que ele voltou à narrativa linear – *aparentemente* linear (se você vê bem, não é bem linear). É um romance que conta uma história – com começo, meio e fim –, mas ao mesmo tempo não é o velho romance realista: ele está inventando uma coisa nova ali e inventando uma coisa nova para falar para mais gente – sem ser Paulo Coelho. E é isso que não está bem estudado. Só isso dava uma nova tese sobre o Callado. Ele é um cara que se presta a isso – há vários estudos ainda em aberto. Deu ensejo a grandes teses: a da Lúcia Regina de Sá, que foi orientanda de Flávio Aguiar, é um mestrado com nível de doutorado, uma comparação entre *Quarup* e *Maíra*; a do Edson José da Costa, que estava na banca do Arturo, que fez uma tese de doutorado que se chama *Quarup: Tronco e Narrativa*¹⁴, também foi uma grande tese; e agora a do Arturo vem comprovar mais uma vez que realmente *Quarup* é um grande romance. Apesar de Callado tê-lo renegado no final – porque a toda hora estão descobrindo coisas nesse romance. O que não quer dizer que *Reflexo do Baile* não possa ser considerado um bom romance também... Mas talvez *Quarup* seja melhor. Agora estou curiosa para ver como ele é lido lá pelos alemães, vamos ver...

M: Você vai dar um curso sobre Callado e Darcy juntos?

LCML: Vou dar um curso sobre Callado, chama-se “Morte das Utopias”; e outro sobre Darcy, que se chama “Literatura e Antropologia”, um pouco pegando esse fio da discussão com o Sebe. Afora esses, vou dar um curso que certamente os alunos vão gostar, que é: “O Índio na Literatura Brasileira”...

M: Exótico! [risos]

LCML: É. E vou dar um outro – são quatro – sobre Guimarães Rosa: “Introdução a Guimarães Rosa”. Mas essa coisa do exótico lá pega muito ainda – o exótico e o da moda. Então nesse semestre eu testei: eu dei o curso “A Mulher na Literatura e na Música Popular”. Encheu! Mulher está na moda. Agora talvez o homem esteja mais na moda que mulher – a masculinidade. Encheram de falar da feminilidade e agora estão falando da masculinidade. Também dei um sobre Cecília Meireles – pouca gente. Poeta desconhecida, mas, enfim, era mulher e ainda tinha alguns interessados. Dei um outro sobre a crítica, um pouco levando parte do curso do ano passado [“Análise e Interpretação da Obra Literária”] para lá – foi interessante –, incluindo mais autores do Rio de Janeiro também... E dei um outro “Campo e Cidade na Literatura Brasileira”. Esse vou manter por alguns anos: tem 1, 2, 3, 4 [rindo], que é para manter a minha pesquisa

¹⁴ Orientado por Therezinha Aparecida Porto Ancona Lopes, FFLCH-USP, São Paulo, 1985.

ali, pelo menos um pouco, nos cursos... Callado – certamente o curso sobre Callado vai ter menos gente que o curso sobre o índio [risos], embora tenha muita relação um com o outro, e o Darcy também.

E nós vamos fazer um colóquio, porque a Universidade Livre está fazendo cinquenta anos e aquele que seria o Pró-Reitor de Extensão e Cultura lá pediu para fazermos. São faculdades e faculdades pensando atividades para comemorar os cinquenta anos – só que não têm dinheiro! Então, era para expor um pouco o que se faz no cotidiano e, como a gente vai estar dando curso sobre esses autores, acabei bolando um colóquio que se chama “Brasil, País do Passado?”, dialogando um pouco com o livro do Stefan Zweig, *Brasil, País do Futuro*. A primeira mesa-redonda vai ser sobre o Stefan Zweig – a ideia de *Brasil, País do futuro* (que ainda é ideia de muito europeu e até do nosso presidente da República). Nós vamos passar um filme sobre o Stefan Zweig e vamos discutir... Depois vamos conversar, em mesas-redondas, sobre alguns intelectuais brasileiros que morreram entre 1996-1997: Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Callado, Betinho, João Antônio e Paulo Francis (este, apesar de não ter aparentemente nada a ver com os outros, tem algo a ver, inclusive era militante de esquerda na década de sessenta, mas tem que entrar pois formou uma escola de jornalistas). A discussão vai durar três dias. Talvez dê livro. Boa parte do grupo de literatura e história vai participar, com muita gente de lá, para perguntar se as ideias desses caras morreram com eles, ou se alguma coisa serve pra esse Brasil em tempo de globalização. Estou achando interessante discutir, porque são autores bastante conhecidos dos alemães, muito traduzidos, mas sempre foram discutidos nas suas especialidades. Discuti-los juntos é mexer com áreas diversas, e gente dessas várias áreas vai participar: filósofo, sociólogo, antropólogo, literato, historiador, escritor, jornalista e tradutor. Essas brincadeiras de juntar assim eu gosto – sempre gostei dessas confusões, mas no meio da confusão também gosto de fazer as distinções [rindo]. Então vou batalhar lá pela especificidade da literatura também. Vamos ver – vai dar para trabalhar com Paulo Freire, talvez vá o Antonio Faundez falar sobre o trabalho com o chamado método Paulo Freire em alguns países da África e da América Latina. E, para a mesa sobre Betinho, que vai ser a mesa que vai encerrar, a gente convidou um politólogo e um economista de lá, bastante conhecidos, e perguntou para eles se o projeto do Betinho de gerar empregos e de matar a fome é viável economicamente... Vamos ver se eles nos respondem – isso é pergunta de literato para economista! [risos]

M: Seria importante você falar um pouquinho sobre a sua graduação e o início da sua pós-graduação, numa época de ditadura, sobre a escolha do caminho em termos de pesquisa e um pouco da atuação política...

LCML: Bom, eu vim para a Universidade de São Paulo no segundo ano – fui transferida da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que era uma boa Universidade. Transferida porque me apaixonei por um paulista, casei com ele e vim. Mas uma coisa eu sabia: não queria largar Letras. Queria continuar estudando, então me transferi. Queria até agradecer publicamente – quero que vocês coloquem na entrevista – a um colega, que hoje é colega aqui na Universidade de São Paulo... Nunca tivemos mais a mesma afinidade intelectual (talvez até trilhemos caminhos bastante diferentes), mas eu o respeito e tenho essa gratidão: é o professor Álvaro Cardoso Gomes, de Literatura Portuguesa, que, na época em que eu quis me transferir da Universidade do Rio Grande do Sul para a USP, era do centro acadêmico. Então escrevi para o centro acadêmico, perguntando o que precisava fazer; tenho até hoje a carta do Álvaro, que era do departamento cultural, me dando minuciosamente todos os caminhos – o que eu tinha que fazer, quais os documentos, com quem eu tinha que falar – para me transferir para a Universidade de São Paulo. Segui os conselhos dele e entrei. Depois fui sua colega em nova gestão do CAELL. Eram tempos de juventude, de lá pra cá as coisas mudaram bastante... Mas fui da banca de doutorado dele, um bom doutorado; enfim, é um colega que prezo e está ligado a essa juventude minha aqui na USP.

Tive uma sorte: fui aluna de Antonio Candido – só no quarto ano, pois Antonio Candido havia estado na França. Tive um bom curso de espanhol e hispano-americana (na época estava começando); fui aluna do Davi Arrigucci – não de teoria literária, ele era professor de espanhol, com grandes análises de Quevedo e do barroco. Fiz um curso de Letras que tinha algumas coisas boas e algumas coisas chatas – como hoje... Eu ia trabalhar com hispano-americana – cheguei a fazer um projeto para isso –, mas aí veio a ditadura... A FAPESP, na época, não dava bolsa para pesquisa sobre qualquer tema – na verdade, a FAPESP não dava bolsa para Literatura: ela dava bolsa para a pesquisa empírica. E Antonio Candido convenceu a FAPESP (ele era do Conselho) que era possível fazer pesquisa empírica em literatura. Na época ele tinha uns orientandos – inclusive a Telê Porto Ancona Lopes estava trabalhando com a Biblioteca do Mário de Andrade, vendo a *Marginália*, fazendo levantamentos etc. Depois tudo isso foi incorporado ao IEB – era coisa palpável e, com esses projetos ligados ao Mário de Andrade e ao IEB, Antonio Candido convenceu a FAPESP a dar bolsas. Mas fiz um projeto que era “Literatura e Ditadura” e que não foi aceito porque não tinha pesquisa empírica [risos], por isso tive que mudar o projeto. Então Antonio Candido me deu a ideia de pesquisar o modernismo no Rio Grande do Sul, porque ele estava com um projetão de modernismo – muita gente pesquisando o modernismo – e eu era uma gaúcha meio inconsciente e desterrada... Vim para São Paulo muito jovem – inclusive perdi o sotaque (uma coisa que o Flávio Aguiar nunca perdeu porque já veio mais formado). Então para mim foi uma redescoberta do RS,

foi mergulhar na história do RS: fiquei conhecendo muito mais o meu próprio Estado e a cultura dele através desse trabalho.

Na vida tem muitas coisas que são casuais: às vezes uma pessoa te dá uma sugestão, às vezes você vai por acaso, e aí encontra um fio e você não se vê livre dele nunca [rindo]. O Zé Miguel Wisnik, por exemplo, tenho o orgulho de dizer que quem o botou nesse negócio de música fui eu. Porque – na época ele estava fazendo mestrado com Antonio Candido – ele me disse um dia na sala dos professores do Equipe (nós dávamos aula lá): “Ai... o Antonio Candido quer que eu faça uma tese sobre a ala direita do modernismo – Prudente de Moraes, Plínio Salgado –, disso aí nada estudado, mas não tenho vontade de trabalhar isso!”. Eu tinha andado no IEB pesquisando as coisas de modernismo e tinha visto – a Telê tinha me mostrado – todo material de música que o Mário de Andrade tinha; ela falou: “Olha, esse material não está trabalhado porque não tem gente que entenda de música”. E o Zé Miguel era formado em música, era um pianista de primeira, e estava meio interrompendo a carreira para se dedicar às letras. Então falei para ele: “Por que você não faz algo sobre a música no modernismo?”. Ele se entusiasmou, propôs para Antonio Candido, que disse: “Eu não entendo de música, mas posso ler e te mandar para quem entenda. Ele acabou fazendo o mestrado, daí saiu *O Coro dos Contrários*¹⁵, seu primeiro livro, e ele nunca mais deixou de cruzar essas duas coisas com grande produtividade – o Zé Miguel abriu um filão importante.

Tenho uma grata lembrança dos anos de Maria Antônia, naturalmente, porque lá se trocava muito – acho que a mania da troca interdisciplinar vem de lá, porque a gente convivia ainda bastante (por causa do centro acadêmico, também) com colegas de outras áreas. Era um espaço pequeno, a gente se encontrava... Eu tinha uma vida intelectual e pessoal intensa lá. . .

Depois, a pós-graduação. Ela começou já na mudança para a cidade universitária, com a incorporação de um mineiro ao grupo – o João Lafetá –, e de um gaúcho – o Flávio Aguiar. A gente fez grupos de trabalho – isso foi uma experiência interessantíssima. Porque todo mundo quando começava a fazer tese começava a se sentir muito burro, já que tinha uma formação, mas uma formação cheia de buracos com mil leituras para fazer), e tinha que enfrentar o seu objeto. Sobretudo, quando o objeto eram esses continhos regionalistas, que ninguém tinha me preparado para enfrentar... Era muito difícil... Então o trabalho coletivo era muito importante. A gente lia junto, lia teses uns dos outros... Havia uma troca tão intensa, que não sabíamos mais o que era a ideia de um, o que era a ideia do outro... Não existia muito propriedade de ideias (essa coisa que tem hoje: ninguém mostra os trabalhos, senão copiam etc.). Nesses grupos que se reuniram na

¹⁵ *O Coro dos Contrários: a Música em torno da Semana de 22*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

década de setenta, fazendo tese estava o Zé Miguel, eu, o Zenir Campos Reis, a Vera Chalmers; às vezes transitava o Davi – mas já era mais velho, não tanto em idade, mas em maturidade intelectual –, de vez em quando entrava no grupo a Walnice, para dar ideias como a de uma revista. Daí nasceu *Almanaque*¹⁶, com parte desse grupo... O grupo dos mais jovens era um grupo tão interessante porque, além das teses, discutíamos as aulas e a prática didática. A gente queria discutir tudo. Queríamos saber o que nos diferenciava dos nossos mestres. Aí saíam as coisas mais engraçadas – uma vez o Zé Miguel disse que o que nos diferenciava do Bosi é que ele tinha a estante do século XIX inteira na cabeça e mais Deus! Então era imbatível! [risos]. E assim a gente fazia as avaliações dos mestres, quais eram as diferenças... E procurava ver qual era a nossa, tanto na pesquisa quanto na docência. Tem relatórios, tem coisas que escrevíamos... Porque, a certa altura, citando Gramsci do livro *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*¹⁷ (tem uma passagem em que o Gramsci diz que tudo deve ser escrito, para depois a gente ter a memória da coisa e poder discutir), o Lafetá vinha com essa: “Tudo tem que ser escrito!” E todo mundo escrevia, eu me lembro, eu fazia no mimeógrafo, dava cópia para todo mundo, mas o Lafetá, que dava a ideia, não escrevia! [risos] Aí ficava todo mundo bravo com ele... Então houve essa preocupação de pensar as aulas e a pesquisa muito juntas; acho que isso foi muito importante – é claro que esse grupo também se segurou porque era um tempo de ditadura, em que conversar era uma válvula de escape: tomava-se vinho de garrafão, comia-se o tempo inteiro, alguns namoravam... Então se formou um grupo que ao mesmo tempo era de amigos... Quando fui para a França no pós-doutorado, em 1978, Antonio Dimas, que era um frequentador eventual das reuniões (que em geral aconteciam na minha casa, porque geralmente eu não saía, já que tinha filhas pequenas, saía pouco à noite...), encontrava as pessoas nos corredores da faculdade e dizia: “Qual é a reunião que nós não vamos porque a Ligia não está?” [rindo]. Então fiquei um pouco com a fama daquela que gosta de reunião. Mas não é qualquer reunião – gosto de reuniões produtivas, produtivas do ponto de vista intelectual.

Muito do que fiz na vida devo aos colegas e às discussões ricas que tive aí. E noto que a pós-graduação perde muito com o isolamento dos alunos, e que muito da piração dos alunos – hoje tem muita gente que pira muito cedo! (Eu sempre achava que a depressão vinha depois dos quarenta: na mulher, na menopausa; no homem, na crise de achar que precisa de mulher mais nova para conseguir voltar a ter a potência de jovem...) Jovens de 25 anos estão tomando Anafranil e outras drogas – por quê? Em grande parte porque tudo é muito competitivo; o trabalho, muito isolado. O que parece perda de tempo, jogar conversa fora – teve muito de conversa fora naquelas reuniões –, também dá uma segurança, ajuda a

¹⁶ *Almanaque*. Cadernos de Literatura e Ensaio. São Paulo: Brasiliense, 1976.

¹⁷ *Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

pensar, ajuda a pensar de uma maneira incrível! Eu me lembro da Vera Chalmers fazendo sua tese sobre Oswald de Andrade. A Vera só falava, não escrevia. Ela vinha me visitar e começava a falar – a tese estava pronta na cabeça dela. Então eu interrompia e dava um palpite mínimo, e ela dizia: “É isso! Você descobriu!” [rindo]. Achava que era eu quem tinha descoberto e era a ideia dela. Até um dia em que ela quebrou o pé e teve que ficar em casa sentada – aí ela acabou a tese. Mas é uma tese que nasceu muito, para ela mesma, da interlocução. Nem que seja da oportunidade de falar o que está pensando com confiança para um colega. E tinha troca de livros, de tudo... Se eu tiver algum conselho para dar, da minha experiência, é essa troca, o trabalho de diálogo – deixar os colegas lerem os seus textos, não ter medo de roubo. Porque, se roubar, azar o dele! Porque quem rouba texto do outro não vai fazer igual – as ideias são muito coladas na gente. Pode até pegar uma ideia e desenvolver, mas não vai ser a mesma coisa. Você pode até escrever o seu texto com a mesma ideia, que você vai escrever de outro jeito – a nossa área tem essa grande vantagem. E acho um empobrecimento o trabalho muito isolado... E também faz mal para a saúde (se se puder tomar vinho melhor que de garrafão, melhor [rindo], mas nessa época a gente só podia tomar de garrafão)...

Bibliografia Sumária de Ligia Chiappini Moraes Leite

- Aprender e Ensinar com Textos*. São Paulo: Cortez, 1997. 3v.
- Literatura e História em Latinoamérica* (org.). Editado em São Paulo por esforço do Centro Ángel Rama, foi publicado no México, rebatizado e apropriado indevidamente por Leopoldo Zea (Comp.) *História y Cultura en la Conciencia Brasileña*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- Invasão da Catedral: Literatura e Ensino em Debate*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- No Entretanto dos Tempos: Literatura e História em João Simões Lopes Neto*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- O Foco Narrativo (ou A polêmica em Torno da Ilusão)*. São Paulo: Ática, 1985.
- Quando a Pátria Viaja: uma Leitura dos Romances de Antônio Callado*. Havana: Casa de las Américas, 1983.
- Regionalismo e Modernismo: o “Caso” Gaúcho*. São Paulo: Ática, 1978.
- LEITE, L. C. M.; AGUIAR, F. W. de (orgs.) *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: Centro Ángel Rama, 1993.
- LEITE, L. C. M.; MARTINS, M. H.; SOUZA, M. L. Z. *Reinventando o Diálogo: Ciências e Humanidades na Formação do Professor*. São Paulo; Brasiliense, 1987.
- “Mulheres e Galinhas sem Mendigos: Leitura de *Imitação da Rosa*”. *Revista de Literatura Brasileira*, n. 16, p. 57-63, 1996.

“Mulheres, Galinhas e Mendigos: Clarice Lispector: Contos em Contraponto”. *Lusorama*, p. 34-41, 1996.

“Pelas Ruas da Cidade uma Mulher Precisa Andar”. *Literatura e Sociedade*, n. 1, p. 60-80, 1996.

“Velha Praga? Regionalismo Literário Brasileiro”. In: PIZARRO, A. *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

Ligia Chiappini Moraes Leite graduou-se em Letras em 1968, tornou-se mestre em 1970 e doutora em 1974 em Teoria Literária e Literatura Comparada, pela Universidade de São Paulo. Pela mesma instituição, tornou-se livre-docente em 1986. Atualmente, é professora titular da Freie Universität Berlin. Entre suas principais publicações estão *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para seu estudo* (1972) e *No entretanto dos tempos: literatura e história em João Simões Lopes Neto* (1998). Contato: lchiappi@zedat.fu-berlin.de